

04/30/94 *Carmine Grezianese*

PRESIDENTE REFORMISTA

Carlos Eduardo Moreira Ferreira *

O novo presidente deverá encontrar o Brasil em melhores condições do que nas gestões anteriores, com índices inflacionários baixos, moeda estável, nível maior de concorrência, sem nenhum mecanismo de controle de preços, a não ser os do mercado.

Mas, como o processo de estabilização não se esgota nas medidas adotadas até agora, o presidente terá pela frente o desafio de aprofundar a correção das distorções acumuladas nos últimos trinta anos. É preciso realizar mudanças profundas na economia brasileira e estas passam obrigatoriamente por alterações na atual Constituição.

As chamadas reformas estruturais precisam atingir, com rapidez, pelo menos, três áreas: o setor público, o mercado de trabalho e o investimento estrangeiro.

O objetivo das reformas é, de um lado, recuperar a capacidade do governo de fazer política econômica e, de outro, criar condições para um crescimento acelerado da produção e do emprego, sem pressões inflacionárias.

No setor público destacam-se as mudanças que devem ser implantadas nas áreas tributária, administrativa, patrimonial, previdenciária, e no programa das privatizações. O novo presidente terá a tarefa também de liderar a redefinição do papel do Estado e a recuperação da política fiscal.

O equilíbrio que o processo de desenvolvimento deverá atingir — temperado pela concorrência internacional, pela multiplicação das oportunidades e pela intensificação das parcerias — passará obrigatoriamente pelo aprofundamento do hábito de negociação.

Esperamos que desta vez o relacionamento entre o presidente e o Congresso seja um estímulo, e não um obstáculo, para a maturação das tendências que se esboçaram nos últimos anos.

A atuação do novo presidente encontrará uma sociedade amadurecida, que tem reagido de maneira diferente às dificuldades e por isso diversificou o seu enfoque. Isso desafia qualquer esforço para traçarmos uma trajetória segura para os próximos anos. Mas, pela experiência adquirida ao longo do mandato presidencial que agora expira, poderíamos arriscar uma visão um pouco diferente da tradicional. A abertura comercial, a consolidação da democracia, a reestruturação da cadeia produtiva, entre outros fatores, nos levaram a um país que deve ser visto numa ótica renovada.

No lugar de nos concentrarmos na clássica divisão entre a miséria e a riqueza, a carência e a fartura, devemos propor o contraste entre a *rapidez* e o *imobilismo*, entre a oportunidade e a estagnação. Um país onde a produção industrial cresce 9,61% em 93 e pode crescer 5% este ano e onde em 20 anos o ranking das 500 maiores empresas renovouse em 58% não pode ser acusado de monótono.

Poderíamos estar fazendo um triste balanço da crise, mas ao invés disso estamos vivenciando níveis recordes da produtividade industrial. Estudo da Fiesp mostra que as empresas paulistas chegaram ao final do semestre com um custo salarial de 10,9% inferior ao que tinham em dezembro, por unidade de produto. Já no início deste ano o setor

de máquinas e equipamentos estava aumentando sua capacidade produtiva na base de 14% ao mês.

Os pedidos em carteira nas indústrias voltaram a crescer, mas o processo de recuperação também atinge fortemente o comércio e os serviços.

O próximo presidente terá que lidar com esse surto de desenvolvimento a adotar o melhor caminho para não abortá-lo. A política cambial, a fixação dos juros, o controle da base monetária, o corte a qualquer tentativa de indexação são itens que deverão estar na sua pauta de preocupações.

A política desenvolvimentista também deverá melhorar as condições dos financiamentos, especialmente os ligados à tecnologia, aos novos métodos de gestão e a condições seguras de sobrevivência dos novos empreendimentos.

Uma administração estratégica eficiente precisará concentrar-se mais na operacionalização do que nas intenções. Um exemplo: o problema de **dumping** precisa urgentemente de uma metodologia eficiente de gerenciamento e não tanto de mais fúria legislativa. As empresas que investem para provar a prática de **dumping** precisam da contrapartida do governo. Instrumentalizar os órgãos governamentais, que assim poderão trabalhar dentro dos critérios da modernidade — isto é, quando menos conseguem fazer mais e de maneira mais ágil — é uma medida eficaz para manter a

abertura comercial dentro de paradigmas justos.

Nesse cenário, o espírito reformista não irá se restringir ao relacionamento entre Presidência e Congresso, mas por toda a sociedade. Se tudo der certo, os lucros esperados para 1995 e 1996, em função da redução dos juros abusivos, deverão ser reinvestidos na produção e na elevação do nível salarial, com consequências importantes nas mesas de negociação.

É evidente a necessidade de reformas na área do mercado de trabalho. O volume real de encargos que incidem sobre a mão-de-

obra faz com que o custo do trabalho seja elevado para as empresas, mesmo com salário reduzido para os trabalhadores. Ao encarecer a dispensa do empregado, por exemplo, o Governo tira a flexibilidade do mercado e dificulta a contratação de novos funcionários.

Só poderemos participar de maneira significativa no mercado mundial se o esforço que empresários e trabalhadores estão fazendo pelo aumento da produtividade e da competitividade encontrar respaldo nas ações governamentais.

É preciso também eliminar da Constituição as restrições à entrada de capital estrangeiro de risco no País. O Chile, por exemplo, que tem um PIB cerca de 10% do brasileiro recebe quatro vezes mais capital estrangeiro por ano do que o Brasil.

É o País que exige a mudança. Por isso, seja qual for o candidato escolhido, será difícil deixar de atender a essa exigência. Não podemos mais nos dar ao luxo de desperdiçar as oportunidades.

* Presidente da FIESP